

Demonstrações Financeiras

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da
Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 20 de dezembro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Fabio Bobis dos Santos
Contador CRC-SP244545/O

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.608	288
Contas a receber	6	8.947	6.312
Impostos a recuperar		660	718
Partes relacionadas	8	1	3.573
Outros créditos		1.041	462
Total do circulante		27.257	11.353
Não circulante			
Depósito judicial		-	120
Imobilizado		587	413
Intangível	7	39.469	24.055
Total do não circulante		40.056	24.588
Total do ativo		67.313	35.941
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	467	1.738
Partes relacionadas	8	-	841
Obrigações tributárias	10	3.001	2.489
Obrigações sociais e trabalhistas		625	645
Dividendos a pagar	12	9.388	-
Outorga a pagar	11	-	4.560
Total do passivo		13.481	10.273
Patrimônio líquido	12		
Capital social		1.392	1.392
Reserva de lucros		52.440	24.276
Total do patrimônio líquido		53.832	25.668
Total do passivo e patrimônio líquido		67.313	35.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Demonstração do resultado do exercício

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	13	56.676	43.699
Custo dos serviços prestados	14	(9.373)	(11.817)
Lucro bruto		47.303	31.882
Despesas gerais e administrativas	14	(2.427)	(5.556)
Outras (despesas) receitas operacionais	14	(1.574)	(41)
		(4.001)	(5.597)
Resultado operacional		43.302	26.285
Despesas financeiras		(402)	(279)
Receitas financeiras		579	181
		177	(98)
Resultado antes dos impostos		43.479	26.187
Imposto de renda – corrente		(4.244)	(3.725)
Contribuição social – corrente		(1.683)	(1.350)
Lucro líquido do exercício		37.552	21.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	37.552	21.112
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>37.552</u>	<u>21.112</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Reservas de lucros</u>				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.392	-	-	3.164	4.556
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.112	21.112
Constituição da reserva legal	-	278	-	(278)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	23.998	(23.998)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.392</u>	<u>278</u>	<u>23.998</u>	<u>-</u>	<u>25.668</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	37.552	37.552
Deliberação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(9.388)	(9.388)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	28.164	(28.164)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.392</u>	<u>278</u>	<u>52.162</u>	<u>-</u>	<u>53.832</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Resultado antes dos impostos	43.479	26.187
Ajustes para conciliar o resultado antes dos impostos ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.362	531
	<u>44.841</u>	<u>26.718</u>
Variação de ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(2.635)	(5.176)
Outros ativos	(402)	(512)
Fornecedores	(1.271)	(48)
Partes relacionadas	2.731	(4.248)
Outros passivos	(2.826)	2.092
Outorga	(4.560)	1.853
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.609)	(5.075)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>33.269</u>	<u>15.604</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Adições de Imobilizado	(199)	(574)
Adições de intangível	(16.750)	(14.754)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(16.949)</u>	<u>(15.328)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>16.320</u>	<u>276</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	288	12
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>16.608</u>	<u>288</u>
	<u>16.320</u>	<u>276</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Operacoes Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária INFRA OPERACOES AEROPORTUÁRIAS FAROL DE SÃO TOMÉ S.A. (“Concessionária ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado e domiciliada na Estrada Brejo Grande, S/N, no Bairro Parque Aeroporto, na cidade de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro. Tem como objeto social específico a prestação de serviços públicos de administração das atividades aeroportuárias, operação, manutenção, segurança da aviação civil, segurança operacional e exploração comercial do Heliporto Público Farol de São Tomé, nos termos do Edital de Licitação de Concorrência Pública Nº. 001/2020, promovida pela Prefeitura Municipal de Campos Goytacazes e do respectivo Contrato de Concessão, estabelecido com a CODEMCA - Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos, assinado em 16 de setembro de 2020.

A concessão tem um prazo de vigência de 32 anos, contado a partir da data de publicação da ordem de serviço na imprensa oficial, podendo ser prorrogada até a data final do Convênio de Delegação, ou seja, 30 de março de 2055, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão.

A Concessionária se obriga a pagar à Prefeitura Municipal de Campos de Goytacazes, mediante depósito em conta bancária indicada pelo Poder Concedente, a outorga fixa e a outorga variável.

A outorga fixa, decorrente da oferta realizada no leilão, corresponde a R\$2.937, cujo pagamento de 20% foi realizado após a assinatura do contrato.

Em 29 de novembro de 2022, a Companhia assinou o 2º termo aditivo do contrato de concessão após acionar a cláusula 1ª do contrato de concessão que trata do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, para fazer frente aos investimentos extraordinários realizados no heliporto a pedido do poder concedente no montante de R\$8.197, assim, esse montante foi concedido como crédito para fazer frente as obrigações da Companhia com as outorgas a pagar. Como resultado desse aditivo, a 2ª parcela da outorga fixa já reajustada pela inflação deverá ser quitada com a utilização do crédito, e o saldo remanescente desse crédito será utilizado para pagamento das outorgas variáveis.

A outorga variável, corresponde a obrigação anual resultante da aplicação de uma alíquota de 4% sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais. A Companhia deverá apresentar anualmente, até 30 de abril, o valor das receitas brutas que serão utilizadas como base de cálculo da outorga variável.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional --Continuação

A concessão para exploração será extinta nos casos de: (a) término da vigência do contrato; (b) encampação; (c) caducidade da concessão; (d) rescisão do contrato; (e) anulação do contrato; ou (f) falência ou extinção da Concessionária; (g) caso fortuito ou de força maior, impossibilitando a retomada do contrato; (h) denúncia ou rescisão dos convênios de delegação.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Base de mensuração

As demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos quando aplicável, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências se aplicável.

A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de dezembro de 2024.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas vigentes exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todo período apresentado nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inferior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e caso o prazo de recebimento seja superior a 12 meses então as contas a receber serão classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo, que coincide com os valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte.

c) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças, substituídos, é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Imobilizado--Continuação

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais" na demonstração do resultado.

d) Intangível

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

Direito de concessão

A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente. A amortização desse direito é calculada de forma linear.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

De acordo com o OCPC 05 - item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo da concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a Companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Intangível--Continuação

Direito de concessão--Continuação

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

Contratos de concessão - direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma:

- (a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- (b) O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01.

A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Intangível--Continuação

Contratos de concessão - direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)--Continuação

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01 não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do Poder Concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar os usuários do aeroporto.

e) Obrigações da concessão

Em contraprestação pela concessão da exploração do Aeroporto, a Companhia pagará ao Poder Concedente outorga variável correspondente a 4% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia conforme descrito na Nota 11.

f) Instrumentos financeiros

a) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, impostos a recuperar e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2023 não há instrumentos financeiros derivativos.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Instrumentos financeiros--Continuação

a) *Ativos financeiros*--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, as aplicações financeiras normalmente se qualificam como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação e as características quanto ao risco e remuneração são similares.

A Companhia mantém aplicações financeiras em renda fixa compromissadas de liquidez imediata.

Contas a receber de clientes está apresentado ao valor justo.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Instrumentos financeiros--Continuação

a) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)--Continuação

- (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
- (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro da Companhia, de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Instrumentos financeiros--Continuação

b) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo com contrapartida no resultado, e ou empréstimos e financiamentos conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia correspondem a fornecedores, outorga a pagar, outras obrigações e impostos a pagar. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

g) Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. As receitas da Companhia são oriundas de:

a) *Receitas tarifárias*

A Companhia obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

A concessionária poderá, por meio de diferenciação das tarifas cobradas, praticar gerenciamento tarifário como forma de precificar os serviços prestados de maneira mais eficiente e otimizar a utilização da infraestrutura aeroportuária.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Reconhecimento de receita--Continuação

a) *Receitas tarifárias*--Continuação

Destacam-se as seguintes receitas tarifárias:

a) Tarifa de embarque e conexão

São os valores cobrados referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas.

b) Tarifa de pouso

É o valor cobrado referente aos serviços, equipamentos, instalações, e facilidades disponíveis para as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave até três horas após o pouso.

c) Tarifa de permanência

É o valor cobrado pela prestação de serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis para as operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia a partir de três horas do pouso.

b) *Receitas não tarifárias*

A Companhia também obtém receitas explorando atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamentos e outros serviços prestados às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. O preço estipulado nos contratos relativos à receita não tarifária não é regido por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

h) Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento

Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

j) Impostos sobre serviços prestados

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços prestados, exceto:

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços prestados;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Impostos sobre serviços prestados--Continuação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3%
- Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS): 2,5%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

k) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de apuração do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido, o qual, deverá ser determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. No regime de apuração com base no lucro presumido, estes são os principais impostos recolhidos e as respectivas alíquotas:

- Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ): 15% sobre a parcela de presunção do lucro, mais 10% sobre do que superar R\$60 de presunção no trimestre.
- Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL): 9% sobre a parcela de presunção do lucro.

A presunção do lucro é calculada sobre a receita dos serviços prestados sob a alíquota vigente de 32%. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou R\$4.244 de IRPJ e R\$1.683 de CSLL.

l) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia pode constituir provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

m) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas a partir de 1º de janeiro de 2023, as quais foram avaliadas pela Administração não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

Normas	Data de início
<ul style="list-style-type: none">IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro;Alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e o IFRS Practice Statement 2;IAS 12 (CPC 32) – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação;Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o lucro (reforma tributária internacional - regra do modelo do pilar dois); e,Alterações à IAS 8 (CPC 23) – Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e retificação de erros (definição de estimativas contábeis).	01 de janeiro de 2023

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.

Normas	Data de início
<ul style="list-style-type: none">• Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;• Alterações à IAS 1 – Passivo Não Circulante com Covenants;• Alterações à IAS 7 (IFRS 7) – Acordos de financiamento de fornecedores; e,• Alterações ao IFRS 16 – Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.	01 de janeiro de 2024

4. Gestão de risco financeiro

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 48, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023. Correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	16.608	288
Contas a receber de clientes	8.947	6.312
Fornecedores	467	1.738
Partes relacionadas – ativo	1	3.573
Partes relacionadas – passivo	-	841
Compromisso com poder concedente	-	4.560

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

i) Risco de crédito

Ocorre pela possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou nos depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de a Companhia não vir a dispor de recursos financeiros líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para a gestão da liquidez de caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados periodicamente pelo departamento Financeiro. O excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

iii) Risco regulatório

As tarifas aeroportuárias utilizadas pela Concessionária são reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) com o intuito de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos	479	-
Aplicações financeiras	16.129	288
	<u>16.608</u>	<u>288</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) entre 99,2% e 99,5%. Estas aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, sendo desta forma considerada como equivalentes de caixa.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Tarifária	8.947	5.239
Retenções contratuais	-	1.073
	8.947	6.312

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer	3.051	5.257
Vencidas de 1 a 30 dias	3.801	1.055
Vencidas de 31 a 60 dias	2.095	-
Vencidas de 61 a 90 dias	-	-
Mais de 91 dias	-	-
	8.947	6.312

7. Intangível

Composição do ativo intangível

		<u>2023</u>		
	<u>Taxa média de amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Valor líquida</u>
Direito de outorga	4%	2.937	(332)	2.605
Intangível ICPC 01 (R1) - Benfeitorias	4%	37.223	(1.569)	35.654
Intangível ICPC 01 (R1) - Instalações	4%	1.317	(107)	1.210
		41.477	(2.008)	39.469

		<u>2022</u>		
	<u>Taxa média de amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Valor líquida</u>
Direito de outorga	4%	2.937	(232)	2.705
Intangível ICPC 01 (R1) - Benfeitorias	4%	21.266	(428)	20.838
Intangível ICPC 01 (R1) - Instalações	4%	523	(11)	512
		24.726	(671)	24.055

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível--Continuação

Movimentação do ativo intangível

	Direito de outorga	Benfeitorias	Instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.805	6.430	-	9.235
Adições	-	14.754	523	15.277
Amortização	(100)	(346)	(11)	(457)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.705	20.838	512	24.055
Adições	-	15.957	794	16.751
Amortização	(100)	(1.141)	(96)	(1.337)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.605	35.654	1.210	39.469

8. Partes relacionadas

No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, provenientes de operações de mútuos conforme apresentado abaixo.

Transações e saldos

Os saldos das operações com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Partes relacionadas	Dez/22	Movimento do ano	Dez/23
Infra Campos	-	1	1
Infra Investimento	3.573	(3.573)	-
Ativo	3.573	(3.572)	1
Infra Investimento	841	(841)	-
Passivo	841	(841)	-

Partes relacionadas	Dez/21	Movimento do ano	Dez/22
Infra Campos	2	(2)	-
Infra Investimento	124	3.449	3.573
Ativo	126	3.447	3.573
Infra Investimento	1.642	(801)	841
Passivo	1.642	(801)	841

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

O saldo de fornecedores, no montante de R\$467 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.738 em 2022), refere-se a fornecedores nacionais e substancialmente serviços destinados as benfeitorias realizadas no Heliporto Público Farol de São Tomé, entre outros serviços necessários a manutenção da concessão.

10. Obrigações tributárias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRRF a recolher	-	10
CSRF a recolher	2	14
PIS e COFINS a recolher	158	338
ISS a recolher	487	146
ISS a pagar	2	66
IRPJ e CSLL a recolher	2.352	1.915
	<u>3.001</u>	<u>2.489</u>

11. Contrato de concessão

De acordo com o contrato de concessão, a Concessionária tem como obrigação junto ao Poder Concedente, pagamentos relativos à outorga fixa e outorga variável.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outorga fixa	-	2.350
Outorga variável	-	2.210
	<u>-</u>	<u>4.560</u>
Circulante	-	4.560
Não circulante	-	-

A Concessionária deve recolher anualmente ao Poder Concedente o pagamento da outorga variável que corresponde ao montante resultante da aplicação da alíquota de 4% sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária e de suas eventuais subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2023, a contribuição variável foi calculada conforme previsto em contrato, no montante de R\$2.375 (R\$1.852 em 2022). A liquidação ocorreu por meio do crédito concedido, conforme descrito na nota explicativa 1, e registrado na rubrica de outros créditos.

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.392, equivalentes a 1.392.231 ações ordinárias nominativas, emitidas pelo preço de R\$ 1,00 cada ação.

	<u>Ações em 2023 e 2022</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Infra S.A.	1.392.231	100

Dividendos

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social e por deliberação de Assembleia Geral. Em 2023, a Companhia constituiu os dividendos mínimo obrigatório conforme previsto na Lei 6404/76 no montante de R\$9.388.

Reservas

A Companhia apresentou lucros de R\$37.552 no exercício de 2023 e não destinou a parcela de 5% do lucro líquido conforme previsto na Lei 6404/76 e estatuto para a reserva legal, uma vez que o saldo acumulado de R\$278, representa o limite permitido de 20% do capital social, assim, transferiu o saldo, deduzidos dos dividendos mínimos obrigatórios, para a reserva de lucros a realizar, totalizando um saldo acumulado de R\$52.162.

13. Receita operacional líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita tarifária	59.397	44.292
Receita não tarifária	277	2.009
(-) Impostos incidentes	(2.998)	(2.602)
	<u>56.676</u>	<u>43.699</u>

Infra Operações Aeroportuárias Farol de São Tomé S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Custo dos serviços prestados	9.373	11.817
Despesas gerais e administrativas	2.427	5.556
Outras despesas operacionais	1.574	41
	13.374	17.414
Aluguéis e locações	181	4.930
Outorga variável	2.387	1.852
Amortização outorga fixa	100	100
Despesa com salários e encargos	5.466	4.505
Depreciações e amortizações	1.262	431
Energia elétrica	460	462
Água e esgoto	399	485
Combustível	53	610
Fretes	2	335
Advogados	87	263
Serviços de consultoria	91	1.265
Serviços prestados pessoa jurídica	794	596
Outros (despesas) receitas operacionais líquidas	2.092	1.580
	13.374	17.414

15. Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica da Companhia, particularmente contribuições a receber, aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, fornecedores e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidos das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.